

PROCESSO: 00006259.989.21-8
REPRESENTANTE: ALLISSON GONÇALVES DE SOUSA (CPF 381.597.428-35)
ADVOGADO: ALLISSON GONÇALVES DE SOUSA (OAB/SP 390.456)
REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO (CNPJ 45.270.188/0001-26)
ASSUNTO: Representação visando ao Exame Prévio do Edital de Pregão Presencial n.º 010/2021, Processo Licitatório n.º 011/2021, da Prefeitura Municipal de Matão, objetivando a aquisição de kit de merenda escolar - hortifrutigranjeiros.
EXERCÍCIO: 2021
INSTRUÇÃO POR: UR-13
Trata-se de representação formulada por ALLISSON GONÇALVES DE SOUZA em face do edital de Pregão Presencial nº 010/2021, promovido pela PREFEITURA DE MATÃO, objetivando registrar preços para adquirir “kit de merenda escolar – hortifrutigranjeiros”.

A sessão pública do certame está programada para acontecer em 10/03/2021.

O autor recrimina a falta de indicação no edital do regime de execução do contrato.

Assevera que a cláusula relativa às amostras é irregular, pois impõe que sejam entregues por todas as interessadas na disputa junto com a proposta de preços, sem indicar se os produtos devem ser “in natura” ou preparados, e tampouco discriminar os critérios para sua avaliação e os nomes dos integrantes da comissão responsável por este julgamento.

Reclama de omissão do instrumento convocatório no que se refere à logística de entrega ponto a ponto.

O representante refuta, ainda, carência de previsão expressa de prazo para regularização de documentação fiscal de microempresas e empresas de pequeno porte.

Por fim, condena previsão de multa atrelada ao valor total da avença, ainda que haja descumprimento apenas parcial de obrigações contratuais.

Requer a suspensão do certame e que, no mérito, seja determinada a anulação ou correção do edital.

É o relatório.

Ao menos nesta sede de avaliação sumária, ausente ilegitimidade flagrante capaz de prejudicar a disputa ou comprometer a adequada elaboração de propostas, únicas hipóteses a justificar a excepcional e drástica paralisação do torneio.

Por meio do sistema de registro de preços pretende a Prefeitura de Matão, decerto ancorada em averiguações internas pertinentes, firmar compromisso para compra futura de kits de merenda escolar, compostos por produtos hortifrutigranjeiros.

Inerente a este método de processamento de compras alguma imprecisão relativa aos quantitativos que serão de fato contratados, circunstância que impõe o regime de execução por preço unitário (neste caso, preço por kit de merenda escolar).

Assim, lacuna do edital nesse sentido (falta de indicação do regime de execução) não parece comprometer a legalidade do procedimento.

Quanto à exigência de amostras dirigida a todos os licitantes, malgrado configure, neste caso em particular, ineficiente instrumento garantidor de padrão uniforme de fornecimento, observa-se que a necessidade de entrega de apenas uma unidade de cada item que compõe o objeto é providência singela, de baixo custo, de fácil transporte e’ manuseio, incapaz, portanto, de desestimular a adesão de interessados no certame.

Desprovida de fundamentos a dúvida suscitada pelo autor acerca da forma de entrega das amostras – “in natura” ou “preparadas” –, tendo em vista constar expressamente do ato de convocação que se trata de torneio cuja finalidade é adquirir “kits de merenda escolar”, composta por batata, cenoura, tomate pomodoro, ovos, banana nanica e maçã nacional, de modo que as unidades requeridas para fins de estabelecimento de baliza qualitativa de aceitabilidade devem, por decorência lógica, possuir idêntico estado (“in natura”) daquelas que serão fornecidas pela futura contratada.

A despeito da inadequada alusão à análise de custo/benefício, ponderação intrínseca ao certame como um todo, haja vista o sopesamento da qualidade e do preço dos produtos em fases distintas da sessão de julgamento, não se reconhecem impropriedades no procedimento estabelecido para avaliação das amostras (item 8.2.5), limitado, em tese, ao confronto objetivo entre as mercadorias entregues e o as especificações técnicas descritas no Termo de Referência, orientado por critérios cuja subjetividade, ao que tudo indica, parece se manter dentro de razoáveis limites, não desbordando do mínimo inevitável em casos da espécie, impondo-se conferência quanto à “textura”, “aparência” e “odor”.

Assim, dispensável, nesta hipótese, constituição de comissão especial para esta simples tarefa, parecendo possível que esta avaliação seja feita pelo próprio Pregoeiro e Equipe de Apoio, com garantia de satisfatório atendimento ao disposto no art. 3.º, inciso IV da Lei n.º 10.520/02.

De todo modo, o ato de designação dos integrantes do aludido grupo de trabalho é parte integrante do processo administrativo relativo ao torneio, informação de domínio público, disponível, portanto, a quaisquer interessados, mediante solicitação de consulta ao feito.

Nenhum reparo, ainda, aos locais de entrega, pois – na contramão do alegado pela representante – deverá ser realizada nas unidades educacionais do município relacionadas no Anexo I, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura do contrato pela detentora da ata de registro de preços.

Embora o edital seja omissso quanto à possibilidade de eventual regularização, em até 05 (cinco), dos documentos trabalhistas apresentados por microempresa ou empresa de pequeno porte, incabível supor, antecipadamente, que o Executivo de Matão descumprirá regra prevista no art. 43, § 1º, da LC nº 123/2006, legislação, vale dizer, arrolada pelo Município no catálogo de normas que regulam o procedimento.

Celeuma sobre eventual falta de proporcionalidade ou razoabilidade da multa prevista para a hipótese de atraso na execução/entrega do objeto ou descumprimento de obrigação contratual retrata tema que, por sua natureza, escapa da análise empreendida em sede de exame prévio de edital, pois diz respeito à futura execução do ajuste e não revela potencial para inibir a competitividade ou prejudicar a elaboração de propostas.

Registre-se que a avaliação ora empreendida não esgota o controle ordinário desta Corte sobre os atos administrativos encetados no âmbito da futura contratação, nos termos das Instruções vigentes.

Ante o exposto, adstrito aos pontos suscitados na inicial, indefiro o pleito do Representante de suspensão do Pregão Presencial nº 010/2021, promovido pela Prefeitura de Matão.

Dê-se ciência do inteiro teor deste despacho à Municipalidade.

Publique-se.
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES
Processo: TC-0000932.989.21-3
Processo Principal: TC-00006821.989.20-9 (Processo de Contas 2021)
Órgão: Prefeitura Municipal de Igarata (CNPJ nº 46.694.147/0001-20)
Interessado: Elzo Elias de Oliveira Souza (CPF nº 788.299.098-15)
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021
Em exame: Fiscalização referente ao mês de janeiro/2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na

aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
PROCESSO: TC-002277.989.21-6
PROCESSO PRINCIPAL: TC-006948.989.20-7
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Queluz
RESPONSÁVEL: Laurindo Joaquim da Silva Garcez - Prefeito EM EXAME: Acompanhamento Especial – Covid-19 (período: janeiro/2021)
EXERCÍCIO: 2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserto no evento n. 14, traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00001244.989.21-6
Processo Principal: TC-00007201.989.20-9 (Processo de Contas 2021)
Órgão: Prefeitura Municipal de Ibiúna (CNPJ nº 46.634.531/0001-37)
Interessado: Paulo Kenji Sasaki (CPF nº 122.549.228-90)
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021
Em exame: Fiscalização referente ao mês de janeiro/2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
PROCESSO: TC-001604.989.21-0
PROCESSO PRINCIPAL: TC-006770.989.20-0
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Cravinhos
RESONSÁVEL: Itamar Gomes Bueno - Prefeito EM EXAME: Acompanhamento Especial – Covid-19 (período: jan/2021)
EXERCÍCIO: 2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserto no evento n. 14, traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00001500.989.21-5
Processo Principal: TC-00007183.989.20-1 (Processo de Contas 2021)
Órgão: Prefeitura Municipal de Boituva (CNPJ nº 46.634.499/0001-90)
Interessado: Edson José Marcusso (CPF nº 984.361.558-15)
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021
Em exame: Fiscalização referente ao mês de janeiro/2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserto no evento n. 12, traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
PROCESSO: TC-001518.989.21-5
PROCESSO PRINCIPAL: TC-006855.989.20-8
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista
RESPONSÁVEL: Alcides de Moura Campos Junior - Prefeito EM EXAME: Acompanhamento Especial – Covid-19 (período: jan/2021)
EXERCÍCIO: 2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserto no evento n. 12, traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00001674.989.21-5
Processo Principal: TC-00006774.989.20-6 (Processo de Contas 2021)
Órgão: Prefeitura Municipal de Divinolândia (CNPJ nº 46.435.921/0001-88)
Interessado: Antonio de Padua Aquisti (CPF nº 866.458.898-87)
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021
Em exame: Fiscalização referente ao mês de janeiro/2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00001641.989.21-5
Processo Principal: TC-00006841.989.20-5 (Processo de Contas 2021)
Órgão: Prefeitura Municipal de Itobi (CNPJ nº 45.735.461/0001-40)
Interessado: Joaquim Candido Filho (CPF nº 848.666.918-91)
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021
Em exame: Fiscalização referente ao mês de janeiro/2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-004903.989.19-2 (Contas de Prefeitura)
Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau (CNPJ nº 46.476.131/0001-40)
Advogados: Dr. Marco Antonio Ribeiro (OAB/SP nº 97.344) e Dr. Danilo Vitor Segura de Oliveira, (OAB/SP nº 282.064).
Responsável: Jorge Duran Gonzalez – Ex-Prefeito Municipal. (CPF nº 097.679.958-89)
Advogados: Dr. Jorge Duran Gonzalez (OAB/SP nº 137.783) e Dra. Camila Matheus Giacomelli (OAB/SP nº 270.968)
Exercício: 2019
Em exame: Pedido de dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias, por parte do Ex-Prefeito Jorge Duran Gonzales, mediante sua procuradora Dra. Camila Matheus Giacomelli, (OAB/SP nº 270.968).

Concedo, em prorrogação, 15 (quinze) dias para cumprimento do despacho constante no evento 75.

Publique-se.
Processo: TC-005014.989.19-8
Órgão: Prefeitura Municipal de São Sebastião (CNPJ nº 46.482.832/0001-92)
Advogado: Luiz Henrique Pereira Erthal da Costa (OAB/SP 447781).
Responsável: Felipe Augusto – Prefeito
Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP 109013), Graziela Nobrega da Silva (OAB/SP 247092) e Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP 262845).
Assunto: Contas de Prefeitura – Exercício 2019
Em exame: Pedido de vista de advogado não constituído nos autos, Dr. Roberto Lopes Salomão Magiolino (OAB/SP nº 152.427) (evento 63).
Pedidos de prazo (evento 85 – protocolo 8444004): para justificativas, formulados pela Prefeitura Municipal de São Sebastião, subscrito pelo Procurador Municipal Dr. Luiz Henrique Pereira Erthal da Costa (evento 84 - 8442642) – 1º pedido, e pelo Prefeito Felipe Augusto, subscrito pelo Advogado Dr. Eduardo Leandro de Queiroz e Souza – 2º pedido.
Defiro o pedido de vista contido no evento 63, por 5 (cinco) dias, a contar da publicação, com fulcro no inciso XIII do artigo 7º da Lei Federal nº 8.096/04 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil).

Concerne à solicitação de prazo constante do evento 63, concedo 15 (quinze) dias adicionais para cumprimento do despacho inserido no evento 57 do TC-005014.989.19-8, a contar da publicação.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000630.989.21-8
PROCESSO PRINCIPAL: TC-007285.989.20-8
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Araraquara
RESPONSÁVEL: Edson Antonio Edinho da Silva – Prefeito EM EXAME: Acompanhamento Especial – Covid-19 (período: jan/2021)
EXERCÍCIO: 2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserto no evento n. 15, traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00001674.989.21-5
Processo Principal: TC-00006774.989.20-6 (Processo de Contas 2021)
Órgão: Prefeitura Municipal de Divinolândia (CNPJ nº 46.435.921/0001-88)
Interessado: Antonio de Padua Aquisti (CPF nº 866.458.898-87)
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021
Em exame: Fiscalização referente ao mês de janeiro/2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-001842.989.21-2
Processo Principal: TC-007315.989.20-2
Órgão: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul
Responsável: Anacleto Campanella Junior – Prefeito interino
Matéria: Acompanhamento Especial – COVID-19 – Janeiro/2021
Exercício: 2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00001835.989.21-1
Processo Principal: TC-00007294.989.20-7 (Processo de Contas 2021)
Órgão: Prefeitura Municipal de Diadema (CNPJ nº 46.523.247/0001-93)
Interessado: José de Filippi Junior (CPF nº 012.604.588-73)
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – exercício de 2021
Em exame: Fiscalização referente ao mês de janeiro/2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-001897.989.21-6
Processo Principal: TC-007151.989.20-9
Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes
Responsável: Lázaro Noé da Silva
Matéria: Acompanhamento Especial – COVID-19 – Janeiro de 2021
Exercício: 2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-002255.989.21-2
Processo Principal: TC-007257.989.20-2
Órgão: Prefeitura Municipal de Campos do Jordão
Advogados: Elias Nejar Badu Mahfud (OAB/SP nº 166.697) e Iris Cardoso de Brito (OAB/SP nº 178.476)
Responsável: Marcelo Padovan
Matéria: Acompanhamento Especial – COVID-19 – Janeiro/2021
Exercício: 2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00001887.989.21-8
Processo Principal: TC-00006975.989.20-3 (Processo de Contas 2021)
Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras (CNPJ nº 46.371.654/0001-22)
Interessado: Jose Crecentino Bussaglia (CPF nº 024.437.198-98)
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021
Em exame: Fiscalização referente ao mês de janeiro/2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-001842.989.21-2
Processo Principal: TC-007315.989.20-2
Órgão: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul
Responsável: Anacleto Campanella Junior – Prefeito interino
Matéria: Acompanhamento Especial – COVID-19 – Janeiro/2021
Exercício: 2021
Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, implicar na emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Município, bem como na aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.